

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CG DO RVS GURJAÚ DE 2016

Às 09:50 horas do dia 29 de fevereiro de 2016, na sala de reuniões da sede do RVS Gurjaú, reuniram-se os representantes do Conselho Gestor da RVS Matas do Sistema Gurjaú, com a presidência da servidora da CPRH Elaine Braz para discutir os pontos da Pauta: **a) Leitura, discussão e aprovação da ata da 1ª Reunião ordinária de 2016; b) encaminhamentos a cerca do pedido da Associação de Moradores e Agricultores de São Salvador; c) instituição do calendário anual (2016) de reuniões ordinárias dos Conselhos Gestores; d) Assinaturas dos Regimentos Internos dos RVS: Contra Açude, Salgadinho, Bom Jardim e Caraúna; e) validação de minuta de notificação para as instituições membros dos CGs, conforme normas previstas nos regimentos internos e f) informes gerais.** A gestora da unidade, Elaine Braz, iniciou a reunião agradecendo a todos pela presença, apresentou a pauta da reunião e informou que não seria possível a leitura e validação da ata anterior por falta da maioria simples. Em seguida, Jaime Azoubel, representante da CIPOMA, fez uma apresentação oral da ação de apreensão e fiscalização da CIPOMA na unidade, pedindo a colaboração dos presentes em especial da comunidade com informações que possam coibir essas práticas, salientando a importância da parceria com a comunidade para uma fiscalização mais eficiente da área. Na sequência, Fernando Ferreira e Bernardino Borges, representantes da Associação de Agricultores de Porteira Preta, sugeriram levar as informações trazidas pelo representante da CIPOMA para a comunidade, falando ainda que a sinalização e a colocação de cercas na área colaborariam para coibir a entrada de pessoas que praticam a caça e acreditam que a Compesa deveria cuidar da área com o lucro que recebe. A gestora da unidade, Elaine Braz, esclareceu que a lei por pagamento de serviços ambientais foi aprovada no ano passado e reforça a necessidade da co-gestão entre CPRH e COMPESA. O representante da Associação de Agricultores de Porteira Preta, Fernando Ferreira perguntou a gestora da unidade sobre o plano de manejo da área, relatando a importância do mesmo para definir os usos da unidade. A gestora da unidade explicou que os estudos na área estão parados devido às dificuldades da empresa contratada pelo governo do Estado na prestação de contas e o prazo dado pelo setor jurídico da CPRH é até metade do ano (junho ou julho). Fernando Ferreira ainda relatou que na

fit
H
C
C

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CG DO RVS GURJAÚ DE 2016

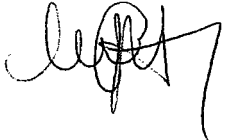
comunidade de porteira preta existem 94 famílias e há registro de quatro famílias que fizeram novas edificações sem a anuência da associação. Em seguida o vereador do Cabo de Santo Agostinho, Ezequiel Santos, pediu a palavra na intenção de compreender como será conduzido o processo fundiário de Gurjaú cobrando maior agilidade do governo do Estado com a questão, e convocou todos os presentes para uma audiência pública com a promotoria do Cabo de Santo Agostinho, no dia 22.03.16, a confirmar de acordo com a agenda da promotora, para discutir a questão. Elaine Braz, explicou novamente a situação da regularização fundiária da área e os tramites jurídicos que permeiam a questão. Rafael Ferreira, integrante da Associação de Agricultores de Porteira Preta, manifestou descontentamento em relação a morosidade com que vem sendo discutida a questão e expressou sua indignação falando que a lei ambiental no país está acima da constituição federal e se mostra agressiva no tratamento dado as comunidades locais. O vereador Ezequiel Santos relatou que as unidades de conservação só existem quando não há interesse do governo e do capitalista na área. Em relação a questão, o representante da CIPOMA, Jaime Azoubel, disse que o Plano Diretor é baseado no que diz a lei para fazer a organização da área, e que ajudaria na resolução do conflito que as prefeituras presentes no conselho revisasse seus planos diretores e cumprissem as leis em vigor. A Compesa está pedindo a reintegração de posse de alguns posseiros, na forma da lei. É importante diferenciar os diversos atores e papéis dos envolvidos com a área (conselho gestor, CPRH e COMPESA, que é a proprietária), mas que todos precisam estar engajados para que o trabalho aconteça. A gestora da unidade relatou que em resposta a solicitação do Ministério Público, foi elaborado pela CPRH o plano para controle fundiário e para isto será necessário colher informações como o IPA. Uma vistoria na área já foi agenda para o dia seguinte às 13h. Uma outra questão é a elaboração de um parecer do conselho do idoso, com o objetivo de fazer avaliação da situação dos agricultores. Até o momento não se conseguiu contato. De posse dos pareceres será construída uma solução emergencial em conjunto com o Ministério Público para atender a demanda dos agricultores de São Salvador. O vereador Ezequiel Santos novamente manifestou sua indignação com a demora na resposta para a questão. Como encaminhamentos da reunião, ficou

ff
fil
tad
COP

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CG DO RVS GURJAÚ DE 2016

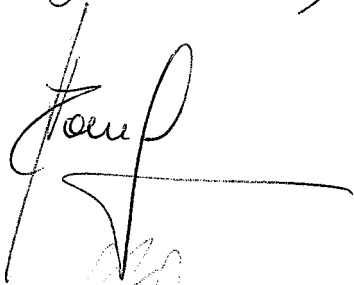
acordado: construção de um parecer do CG com os elementos para colaborar com a audiência no Ministério Público; a incorporação na coleta dos dados do plano de controle fundiário dos dados de outras instituições (Celpe, Escolas e Agentes de saúde) e que a audiência pública com a promotoria de meio ambiente do Cabo de Santo Agostinho está pré marcada para o dia 22.03.16, só aguardando confirmação da agenda da promotora Janaina Sacramento. Ficou acordado que será realizada uma reunião extraordinária em 31 de março do corrente ano, para tratar dos pontos da pauta que não foram contemplados na presente reunião. E por não haver mais nada a declarar, Eu, Tatiana Santana de Souza, Secretária e representante da ONG Rede de Defesa Ambiental, lavro esta Ata, que segue por mim e demais presentes assinada. Cabo de Santo Agostinho, 29 de fevereiro de 2016.

Tatiana Santana de Souza,



Mena Brunetto Borg

M.B.B
Galvina de Lenc



Adriana Cristina Ferreira Brasil

Felício Francisco de Almeida